

Concentração de renda: novas evidências reveladas pelo IRPF



ABRIL DE 2024

SÉRGIO WULFF GOBETTI

Introdução



- O tema da concentração de renda (e da progressividade tributária) voltou ao centro do debate por influência de dois fatores.
 - Repercussão da obra e dos estudos de Piketty.
 - Revelações de estudos no Brasil com dados das declarações de imposto de renda (IRPF) divulgados pela RFB desde 2015.
 - ✓ A desigualdade de renda (e, principalmente a concentração no topo) é maior e mais estável do que pensávamos com base nas pesquisas domiciliares e, segundo nosso estudo mais recente, cresceu entre 2017 e 2022.
 - ✓ Mas antes de apresentar os resultados do nosso estudo, vamos voltar um pouco no tempo...

O que nós pensávamos?



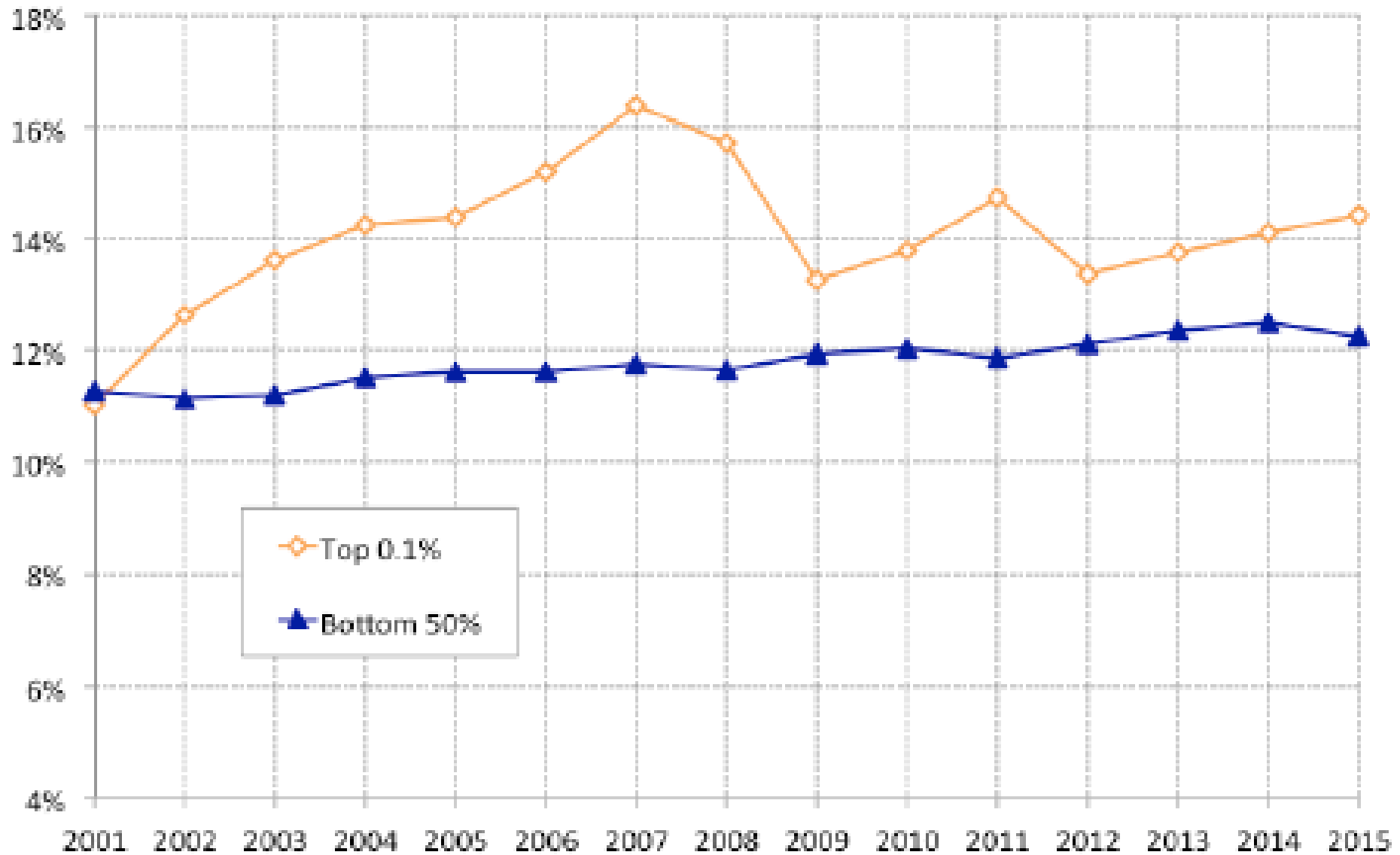
- O diagnóstico de que o Brasil é um país muito desigual não é novo, mas há 15 anos alguns estudiosos passaram a identificar o que se supunha ser uma melhoria na distribuição de renda do país.
 - Dados da PNAD mostravam que a renda dos mais pobres (impulsionada por transferência de renda e aumento do salário mínimo) estava crescendo mais do que a média, traduzindo-se em queda do chamado índice de Gini.
 - Além disso, as Contas Nacionais indicavam que a participação dos salários no PIB estava aumentando.
 - Logo, por mais que a PNAD estivesse subestimando a renda dos mais ricos, havia confiança de que a desigualdade caía.

O que nós descobrimos (I)?



- Os estudos baseados nos dados do IRPF, a partir de 2015, passaram a revelar que a concentração de renda era bem maior do que imaginávamos e não estava caindo, mas permanecia relativamente estável.
 - O nível de pobreza caiu e a renda dos muito pobres cresceu mais do que a renda média nacional.
 - ✓ Entre 2001 e 2015, renda dos 50% mais pobres cresceu 28,7%, ante 18,3% na média populacional (Morgan, 2017).
 - Mas a renda dos muito ricos (que concentram muita renda) também cresceu significativamente.
 - ✓ Entre 2001 e 2015, a renda do 1% mais rico cresceu 31,4% (se olharmos para os 10% mais ricos, crescimento é mais modesto: 20,5%).

Figure 4. Top 0.1% vs Bottom 50% in Brazil: 2001-2015



O que nós descobrimos (II)?



- As políticas de transferência de renda são insuficientes para amenizar a desigualdade.
- O papel da tributação (e da progressividade) como instrumento atenuador da desigualdade foi menosprezado nas últimas décadas.
 - O potencial distributivo do IRPF é muito limitado na América Latina e no Brasil, em comparação a UE.

Índice de Gini e efeito das transferências e IRPF (CEPAL, 2014)

	Mercado (A)	Pós-transf (B)	Pós-trib (C)	Efeito transf (A → B)	Efeito trib (B → C)
Brasil	0,58	0,52	0,51	-9,5%	-2,5%
AL	0,49	0,47	0,46	-3,8%	-2,0%
UE	0,50	0,33	0,29	-34,4%	-12,5%

Economia política da tributação



- O que explica que o imposto de renda seja tão pouco progressivo no Brasil e na América Latina?
 - Visão hegemônica nos anos 70/80 no sentido de que a progressividade poderia ser ineficiente do ponto de vista econômico, tanto por portavozes da era Reagan e Thatcher, quanto por economistas proeminentes na academia internacional (exemplo: Stiglitz).
 - Em média, no século 20, as alíquotas máximas de imposto de renda nos EUA e Europa foram de 70%, superando os 90% em alguns momentos (décadas de 40 e 50).
 - Nos anos 80, alíquota máxima do IRPF americano caiu de 70% para 28%, e no Brasil de 50% para 25%.
 - Esse processo atingiu não só a renda do trabalho, mas também a chamada renda do capital, como lucros, cuja tributação caiu de mais de 70% para 43% em média na OCDE.

O caso brasileiro



- O Brasil é um dos poucos países do mundo que chegou ao ponto de instituir a isenção de lucros e dividendos distribuídos em 1996, seguindo o caminho da pequena Estônia e de mais alguns países do Leste Europeu.
- Lucro no Brasil “pode” ser tributado em até 34% na pessoa jurídica, mas é isento na pessoa física.
 - Brechas da lei e benefícios fiscais fazem com que alíquota efetiva paga pelas empresas do lucro real se situe em torno de 25%, como revela recente estudo da RFB.
 - E regimes especiais, como Simples ou lucro presumido, permitem que sócios dessas empresas paguem menos ainda: de 4% a 11% de alíquota efetiva.

Alíquotas efetivas de IRPJ/CSLL



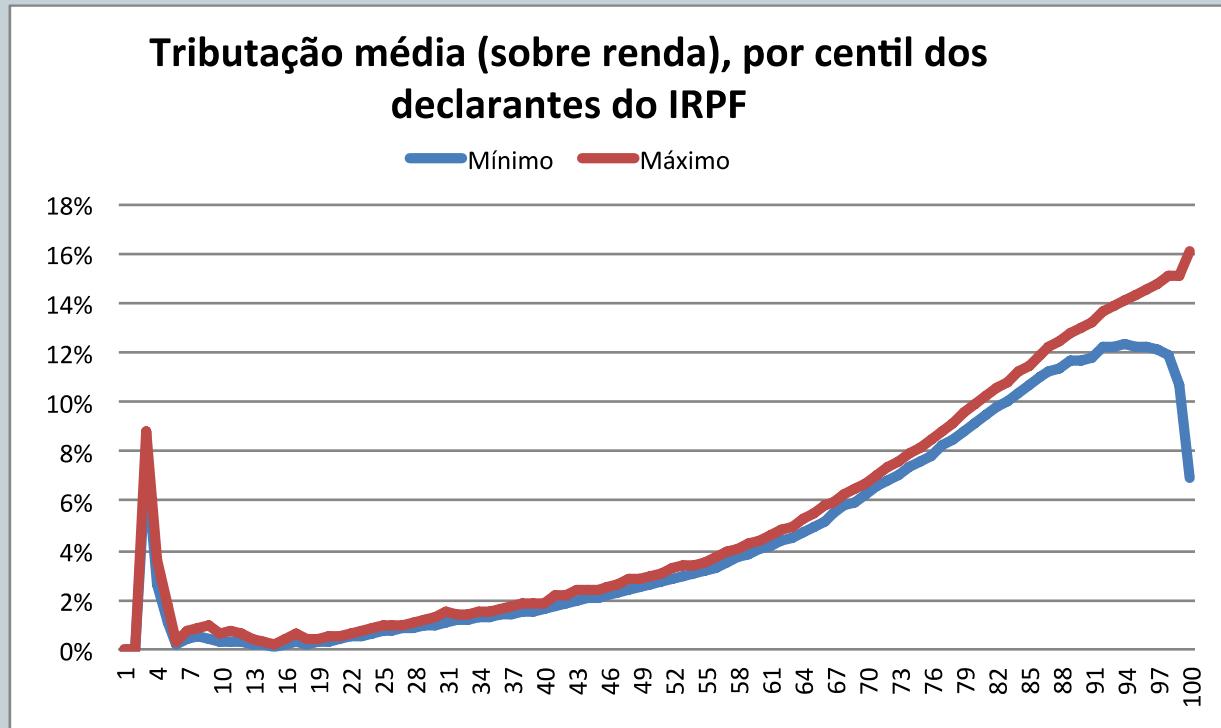
- Estimativas obtidas a partir do relatório da Receita federal sobre o tax gap do IRPJ/CSLL.

IRPJ/CSLL	Alíquota efetiva
Financeiro	35,40%
Lucro Real	24,95%
Lucro Presumido	11,02%
Simples	3,88%

Quão “progressiva” é nossa tributação?



- Carga efetiva de imposto, por centil dos declarantes do IRPF em 2022, incluindo imputações de imposto.



O que ocorreu desde 2017?



- Estimativas reunidas na nota técnica publicada no Observatório de Política Fiscal do IBRE/FGV.

Percentil	Item	2017	2022	Var(%)
Top 0,01%	Renda (R\$ milhões)	16.854	33.340	
	Número Pessoas	15.229	15.366	
	% População adulta	0,0102%	0,0100%	
	Renda média (mensal)	1.106.710	2.169.741	96%
Top 0,1%	Renda (R\$ milhões)	431.070	813.735	
	Número Pessoas	152.288	153.666	
	% População adulta	0,102%	0,100%	
	Renda média (mensal)	235.885	441.290	87%
Top 1%	Renda (R\$ milhões)	961.224	1.618.599	
	Número Pessoas	1.522.882	1.536.670	
	% População adulta	1,017%	0,996%	
	Renda média (mensal)	52.599	87.776	67%
Top 5%	Renda (R\$ milhões)	1.715.713	2.719.899	
	Número Pessoas	7.309.833	7.683.352	
	% População adulta	4,88%	4,98%	
	Renda média (mensal)	19.559	29.500	51%
Demais 95%	Renda (R\$ milhões)	2.988.518	4.103.959	
	Número Pessoas	142.493.304	146.662.846	
	% População adulta	95,12%	95,02%	
	Renda média (mensal)	1.748	2.332	33%

O que ocorreu desde 2017?



Onde mais cresceu a renda **mensal** dos super ricos?

Crescimento da renda dos 0,1% mais ricos de cada unidade federada:

UF	Renda média	Var.2017-22	UF	Renda média	Var.2017-22
MT	648.639	177%	AL	177.487	78%
MS	487.938	160%	BA	200.610	77%
TO	235.840	129%	RN	160.356	74%
AM	257.594	124%	PE	238.944	72%
SC	487.989	116%	MA	112.180	69%
GO	408.707	115%	PI	163.946	68%
RO	268.966	113%	SE	170.675	66%
RR	189.530	105%	AP	108.804	64%
PR	510.866	105%	PB	138.698	56%
RS	443.292	92%	PA	139.862	55%
MG	350.230	88%	AC	127.342	49%
ES	326.992	87%	RJ	435.718	43%
DF	562.492	85%	CE	181.168	35%
SP	743.195	85%	Total	419.839	84%

O que ocorreu desde 2017?



- Renda do capital cresceu mais do que salários e benefícios e isso favoreceu as classes mais altas...

Tabela 23 Variação da renda média dos declarantes do IRPF entre 2017 e 2022, por percentil e tipo de renda:

Ano	Centis mais ricos (IRPF)	Salários/benefícios	Lucros e dividendos (+JCP)	Atividade rural	Outras rendas do capital	Demais	Total
2017	0,010%	96.260	83.969	7.241	49.973	39.266	1.106.710
	0,102%	5.640	100.091	0.206	10.177	29.772	235.885
	1,017%	9.521	16.138	1.902	9.334	5.704	2.599
	4,88%	10.626	4.108	642	2.502	1.682	9.559
	Total	4.745	1.058	83	696	237	7.118
2022	0,010%	18.315	1.060.828	29.670	72.291	88.637	2.169.741
	0,100%	40.582	213.664	2.867	4.549	9.629	241.290
	0,996%	21.957	34.614	6.313	4.585	1.307	7.776
	4,98%	12.571	8.567	4.413	3.795	3.154	9.500
	Total	5.304	1.865	319	897	752	9.136
Var (%)	0,01%	22,9%	119,2%	248,2%	63,5%	107,3%	96,1%
	0,10%	13,9%	113,5%	222,0%	57,1%	100,3%	87,1%
	1,00%	12,5%	114,5%	179,3%	56,3%	98,2%	66,9%
	5,00%	18,3%	108,5%	120,2%	51,7%	87,6%	50,8%
	Total	11,8%	76,3%	74,0%	28,9%	72,2%	28,3%

Resumo da Ópera



- Estimativas são preliminares e devem ser refinadas, mas as evidências de que houve aumento da concentração de renda são muito fortes.

Percentil		2017	2022	Diferença
Top 0,1%	Renda dos mais ricos	9,2%	11,9%	2,8%
Top 1,0%	em proporção da	20,4%	23,7%	3,3%
Top 5%	renda total	36,5%	39,9%	3,4%

- Quanto desse aumento de concentração é estrutural e quanto é transitório? Difícil precisar com exatidão, mas o que fica claro é necessidade de intervir nesse cenários por meio da tributação.